

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I. A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E O ATIVISMO JUDICIAL	9
1.1. A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA	9
1.2. O ATIVISMO JUDICIAL	11
CAPÍTULO II. A REGULAMENTAÇÃO DA FIDELIDADE PARTIDÁRIA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO DO TSE	15
2.1. PRESSUPOSTOS DA PERDA DO MANDATO ELETIVO À LUZ DA RESOLUÇÃO Nº 22.610/07 – TSE, E SUAS CONTROVÉRSIAS SOB A ÓTICA DOS MINISTROS JOAQUIM BARBOSA, EROS GRAU E MARCO AURÉLIO	15
2.2. A COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO	24
CAPÍTULO III. O ATIVISMO JUDICIAL DO STF NA ADI 3.999/07 SOBRE O PROCESSO DA PERDA DE MANDATO ELETIVO	31
3.1. A CAPACIDADE INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO E A PERDA DO MANDATO ELETIVO	31
3.2. OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS SOBRE A PERDA DO MANDATO ELETIVO	37
3.2.1. PRESSUPOSTOS NO ARTIGO 15 DA CF/88	37
3.2.2. PRESSUPOSTOS NO ARTIGO 55 C/C O ARTIGO 54 DA CF/88	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	54
ANEXOS	57